

COMISSÃO DA AGRICULTURA DO PARLAMENTO EUROPEU APROVA REFORMA DO SISTEMA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Álvaro Amaro é o responsável do PPE para este importante regulamento

Estrasburgo, 20 de abril de 2023

Foi hoje aprovada por unanimidade a posição da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento relativa às *“Indicações geográficas da União Europeia para os vinhos, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas e regimes de qualidade dos produtos agrícolas”*, um setor que representa **15,5% das exportações agrícolas** da União e que em 2017 valia **75 mil milhões de euros por ano**, valor que tem aumentado.

Para Álvaro Amaro, responsável do Partido Popular Europeu (PPE) deste regulamento, “as Indicações Geográficas (IGs) representam **uma das políticas públicas mais bem-sucedidas de sempre**. São, sem dúvida, **um caso de sucesso**. São um **símbolo da qualidade dos produtos agrícolas, dos bens alimentares e das bebidas da União Europeia**, bem como da **sustentabilidade de produção**, não sendo por isso de estranhar, que tenhamos cerca de **3200 Indicações Geográficas na UE**”.

Álvaro Amaro acrescenta que “o reconhecimento das Indicações Geográficas se deve, nomeadamente, **aos investimentos feitos pelos agricultores e pelos grupos de produtores**”.

“**O papel das Indicações Geográficas no Desenvolvimento Rural é inegável**”, refere o Deputado e acrescenta: “graças a este sistema, que protege, valoriza e promove os produtos endógenos, **é possível manter e atrair população para as zonas rurais**, através do elevado valor acrescentado destes produtos”.

O Eurodeputado do PSD destaca que “esta nova posição mantém a ambição da Comissão Europeia da incorporação de critérios de **sustentabilidade numa base voluntária**, retirando, por outro lado, a **intenção da Comissão em delegar funções** próprias no **Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO)**, tais como a avaliação de novos registos, a análise de procedimentos de oposição e das alterações aos cadernos de especificações”.

Para Álvaro Amaro **a posição sobre o vinho de qualidade**, que corresponde a dois terços da produção de vinho na UE, consubstancia “**uma grande vitória**”, atendendo a que “depois de

várias reuniões, **conseguimos alcançar um compromisso que mantém na OCM Vinho (PAC)** os critérios de sustentabilidade para o vinho, os homónimos, a relação com marcas, a **proteção** e as abreviações”.

Álvaro Amaro sublinha que **“manter a proteção na OCM é crucial”** uma vez que “a proteção está no centro da política vitivinícola europeia e a sua evolução deve-se às **regulares reformas da Política Agrícola Comum (PAC)**”. Manter a proposta da Comissão significaria “separar o pilar mais importante da política do vinho de Indicação Geográfica de outros elementos-chave da PAC”.

“Deste modo garantimos que o **Vinho IG permanece vinculado ao Desenvolvimento Rural**”, conclui Álvaro Amaro.